



CRISE

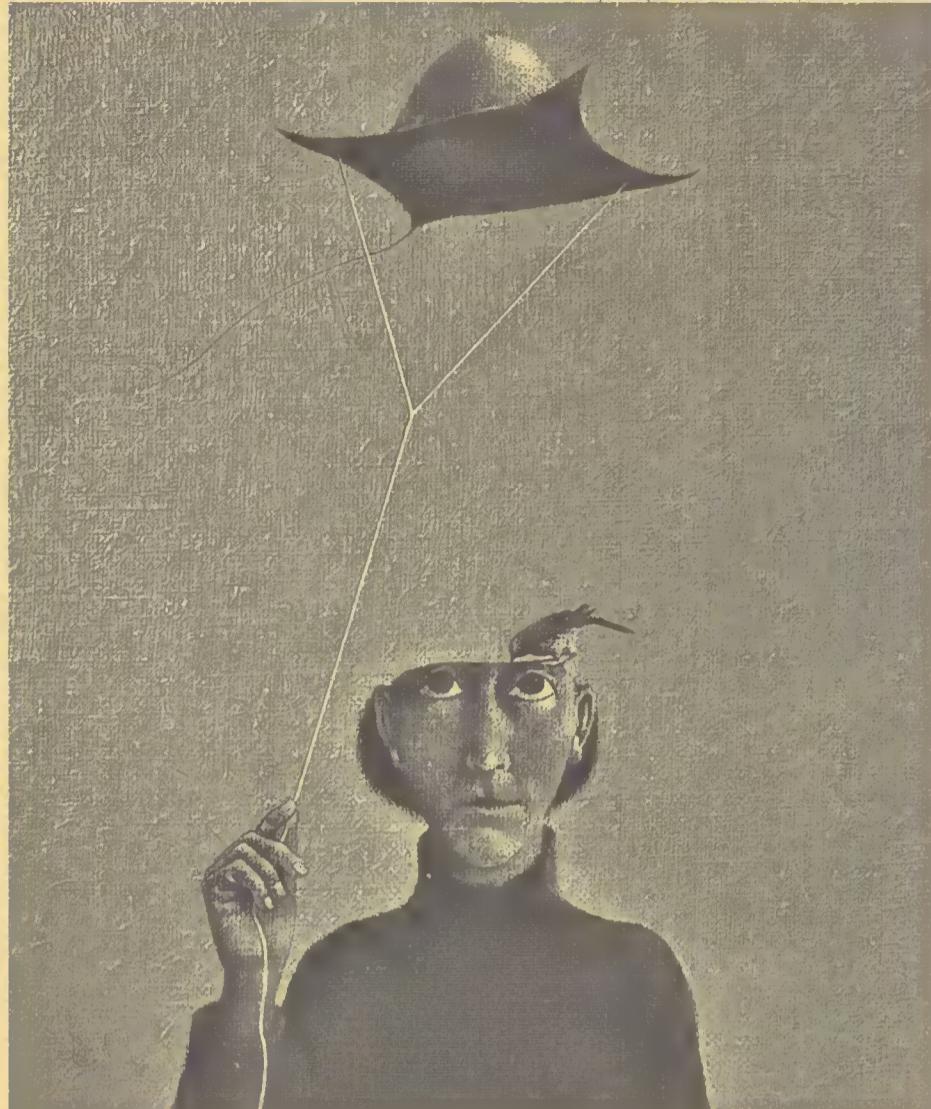
Qual o futuro da pesquisa científica no Brasil?

A produção científica brasileira representa cerca de 42% de toda a produção da América Latina, o que nos coloca como o 17º país do mundo com maior número de artigos científicos publicados. Apesar disso, ocupamos o 43º lugar no ranking dos que aplicam esses estudos em produção econômica – atrás de países como o Chile e a Argentina. Para piorar a situação, recentes propostas da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do próprio MEC lançam nuvens negras sobre a idéia de uma pesquisa científica voltada para o desenvolvimento nacional.

Páginas 6 e 7

Arte sobre foto de Fabricio Osma

Reprodução da obra "Essor" / André Rouillard



Que sindicato e que universidade teremos?

Após mais um Conad, acontecido num final de semana de frio em Florianópolis, aprovou-se uma grande quantidade de eixos de luta que vão da defesa do povo palestino à reafirmação da auto-aplicabilidade da Constituição no que se refere à Autonomia Universitária.

A quantidade de eixos é suficiente para agradar a todos e manter envolvidos pelos próximos cinco anos os 86 diretores que tiveram posse. No fundo é para dizer que o importante da conjuntura nacional e da Universidade continua não sendo enfrentado pelo sindicato. O engajamento numa candidatura de esquerda conseqüente, tão necessária neste momento de escândalos interna-

cionais, com reflexos no mundo e no Brasil, continua passando ao largo. A desculpa é de que o sindicato deve ser pluripartidário, ou seja, a mesma de quando a direita estava à frente dos sindicatos.

Neste momento em que o projeto da Andifes está colocado para discussão em todas as universidades, e diante da dificuldade financeira que os professores enfrentam, será difícil a não adoção deste plano no meio universitário. Mas sem dúvidas não há uma saída de curto prazo e que atenda aos anseios individuais dos professores. A expectativa é de saber que sindicato teremos em julho do próximo ano e, mais do que isso, em que universidade estaremos vivendo.

Desemprego atinge maior taxa em dois anos

O desemprego atingiu 7,7% da população economicamente ativa nas seis regiões metropolitanas do País em maio passado, o maior índice desde maio de 2000, quando foi registrado 7,8%. Os dados foram divulgados na última semana de junho pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na média do ano, a taxa de desemprego ficou em 7,2%. No último ano, o IBGE constatou um aumento de pessoas à procura de trabalho nas seis regiões, de 1,276 milhão pessoas em maio de 2001 para 1,488 milhão em maio de 2002. O setor de serviços foi o que mais segurou o emprego nas grandes cidades do Brasil em maio, com uma participação de 55,6% no total de trabalhadores – em maio do ano passado, esse percentual era de 54,9%. Já a indústria perdeu participação no total de vagas preenchidas, passando de 16,2% para 15,9% no período, enquanto o comércio se manteve praticamente estável, passando de 15% para 14,9%. A pesquisa foi realizada em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre.

Miséria crescerá 30% até 2015

A Organização das Nações Unidas (ONU) afirmou dia 18 de junho, segundo a agência Reuters, que a miséria deve piorar nos países mais pobres do mundo, crescendo 30% até 2015. A solução apontada pela organização é de que o crescimento econômico deva ser encarado por estes países como prioridade e que os mais ricos aumentem "dramaticamente" seu auxílio a eles. Caso as tendências atuais se mantiverem, a ONU não terá atingido sua meta de diminuir a miséria pela metade até 2015. O número de pessoas vivendo com menos de US\$ 1 dólar por dia nos 49 países mais pobres do mundo deve chegar a 420 milhões. Um documento da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad) afirma: "Não importa quais as estimativas usemos, os países menos desenvolvidos, os chamados LCDs, não cumprirão a meta".

Mais cerveja e medicamentos

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população brasileira vem mudando alguns hábitos nos últimos 20 anos. A Pesquisa Industrial Anual de Produto indica dados interessantes sobre o brasileiro, que passou a consumir mais cerveja – o produto

subiu do 41º lugar em 1979 para o 4º lugar em 1999 – e medicamentos. Agora, no entanto, gasta menos com o cigarro – que estava na 28ª posição em 1979 e caiu para a 46ª em 1999 –, com a carne bovina congelada e com o café. Para realizar a pesquisa, que ainda indica a nova característica do consumo de microcomputadores pessoais e telefones celulares, o IBGE realizou um levantamento junto a cerca de 16 mil unidades industriais. As empresas informaram ao IBGE dados sobre sua linha de produtos, quantidades produzidas e vendidas, além do valor das vendas.

Cumbre da alimentação

O Greenpeace alerta para o fato de que a Cumbre Mundial de Alimentação 2002 – que terminou dia 13 de junho em Roma (Itália) – não conseguiu encontrar justificativas para que os objetivos estabelecidos em 1996 a fim de amenizar a questão da fome não fossem cumpridos. Também não avançou em soluções para as reais causas da fome. Ainda mais grave, a Cumbre abandonou dois importantes conceitos na sua declaração final, cedendo a pressões estadunidenses: o direito à alimentação e o princípio de precaução quanto à biotecnologia. O evento também falhou em não ter promovido práticas agrícolas ambientais e socialmente responsáveis que sofrem falta de financiamento e difusão. Por isso, três Ongs – Oxfam, Ileia e Greenpeace – criaram o sítio "Soluções agrícolas" (www.farmingsolutions.org), apresentando soluções reais para a fome e a pobreza. O sítio propõe exemplos de sistemas de cultivo provenientes de todas as partes do mundo, não prejudicais ao meio ambiente, e capazes de aumentar a quantidade de alimentos justamente onde mais se necessita.

A Biblioteca de Kafka

A biblioteca quase completa de Franz Kafka, que reúne livros, revistas e outras publicações volta em maio para Praga. A sede da Sociedade Franz Kafka abrigará a biblioteca, que durante décadas esteve na Alemanha, depois de ter sido vendida a um antiquário de Stuttgart. A empresa automobilística alemã Porsche doou a Praga os mais de 500 tomos da biblioteca de Kafka, adquiridos por 135 mil euros (quase 300 mil reais) do antiquário e restaurador de livros alemão Herbert Blank.

44º CONAD

Empossada nova diretoria da Andes

O 44º Conad (Conselho Nacional da Andes-SN), realizado em Florianópolis nos dias 21, 22 e 23 de junho, reuniu cerca de 200 participantes e foi marcado pela posse da nova diretoria da Andes-SN e pela aprovação do Plano de Lutas da categoria. Também estiveram na abertura do encontro representantes da Fasubra, Sinasefe, Une, Anfope, Comitê em Defesa do Povo Palestino, Comitê contra a Alca e Regional Sul do Andes.

Em seu discurso de posse, o professor Luiz Carlos Lucas, 12º presidente da Andes-SN, reafirmou os princípios de autonomia sindical e ressaltou a importância de manter a identidade classista do sindicato. Sobre a importância da autonomia, atentou para o problema da Andifes, que se vê ameaçada de perder esse direito a partir da retomada do projeto que permite a cobrança de taxas pelas instituições.

O novo presidente disse ainda que dará continuidade às políticas iniciadas pelo ex-presidente Roberto Leher, já que considera sua vitória um sinal de confiança no trabalho da última gestão. Ele pediu que seja mantida a democracia interna do sindicato e, ao citar outros pontos de interesse da categoria, referiu-se a algumas pendências da greve de 2001, entre elas a questão das mesas de negociação com o MEC e os projetos em tramitação no Congresso Nacional.

Na transferência do comando da Andes, o ex-presidente Roberto Leher apresentou um balanço de sua gestão destacando como uma das principais conquistas "o resgate da legitimidade do sindicato nacional retomando seu papel de interlocutor no processo político brasileiro e, com isso, aumentando seu poder de pressão".

Para Leher, nesse processo o sindicato se situou numa perspectiva internacionalista, traduzida na luta contra a Alca, inserção na Rede de Solidariedade Internacional e promoção do I Encontro Internacional de Educação. O sindicalista ressaltou ainda a retomada do diálogo da Andes com movimentos sociais e sindicais como o Fórum Nacional de Lutas, CUT, Coordenação Nacional dos Servidores Federais, Fasubra, Sinasefe, CNTE e UNE.



Florianópolis: 44º Conad marcou também o 20º aniversário do Congresso Nacional que iniciou em 1982

20 anos de encontros

O evento, organizado pela Apufsc, marcou também o 20º aniversário do 1º Congresso Nacional da Andes, realizado em fevereiro de 1982 em Florianópolis. Como primeiro presidente da Andes, o atual vice-presidente da Apufsc, Osvaldo Maciel, saudou os participantes do 44º Conad e fez um breve resgate destes 20 anos de história do movimento docente. Maciel alertou para o risco da intervenção internacional nas eleições presidenciais, traduzida por declarações de especuladores e pressões dos bancos americanos que vem alertando contra o "perigo" de ser eleito, no Brasil, um candidato popular. Ele sugeriu que a Andes solicite uma "fiscalização internacional para garantir a lisura do processo eleitoral brasileiro". Mas a maioria defendeu que a denúncia seja feita

ta em conjunto com o Fórum Nacional de Lutas.

Na discussão da conjuntura nacional, Roberto Leher lembrou que esta "não pode estar dissociada do contexto internacional" e chamou atenção para a possibilidade de o Brasil se "transformar numa Argentina", caso o país continue sendo submetido à política neoliberal. Para os docentes, é preciso priorizar o enfrentamento, revertendo a lógica da inevitabilidade da situação.

Na visão dos presentes ao 44º Conad, a realidade exige um programa que solucione os problemas da classe trabalhadora, o que só seria possível com a ruptura da lógica do sistema atual. Eles reafirmaram que cabe aos sindicatos defender a independência e a autonomia da classe para manter a luta em defesa dos direitos dos trabalhadores em qualquer situação.

Seminário na Ufrgs discute a educação e os trabalhadores

Acontece nos dias 5 e 6 de julho o seminário "A educação e os trabalhadores", evento voltado, principalmente, para dirigentes sindicais dos setores da educação superior, conselheiros e diretores da CUT, estudantes e educadores. O seminário tem como principais objetivos aprofundar a visão cutista de universidade pública e discutir eixos temáticos para a construção de um Programa Emergencial para as Universidades Públicas, a ser apresentado ao próximo governo federal.

O seminário será aberto às 8h30min do dia 5, sexta-feira, pelo presidente da CUT/RS, Quintino Severo, o vice-reitor da Ufrgs, José Carlos Ferraz Hennemann, e o reitor da Uergs, José Clóvis de Azevedo. Às 9h, a socióloga e professora da USP, Maria Victoria de Mesquita Benevides, ministra a palestra "A política educacional do país", com a coordenação do professor da Ufrgs, Antônio Cattani.

Para as 13h está marcado o debate "A

educação na visão dos trabalhadores", coordenado por Francisco Rodrigues, da Uergs, Ceres Maria Torres, da Andes-SN, Juçara Vieira Dutra, do CPERS-Sindicato, Eunice Wolf, da CUT, Arthur Bloise, da Fasubra, Ivori Agostinho de Moraes, do MST, e Marcos Fuhr, do Sinpro.

No sábado, dia 6, às 8h30min, o debate terá como tema as "Bases de um Programa Emergencial num cenário democrático e popular para as Universidades - Diagnósticos e Alternativas" tendo como coordenadores Quintino Severo, da CUT/RS, Luiz Carlos Lucas, da Andes-SN, Marcia Abreu, da Fasubra, Ângelo Dal Cin, do Sinpro, Maria Eulália Nascimento, da Uergs, e Felipe Maia, da UNE. O evento acontece no auditório da Faculdade de Ciências Econômicas da Ufrgs, na Avenida João Pessoa, 52, Centro.

As inscrições podem ser feitas pela internet: assufrgs.secretaria@via-rs.net e adufrgs@portoweb.com.br.

Argentina terá Fórum Social em agosto

Dias 22, 23 e 24 de agosto deste ano acontece o Fórum Social Mundial argentino. A iniciativa retoma o espírito das duas edições do FSM em Porto Alegre e fixa-se como parte da experiência de convergências internacionais e regionais contra a globalização neoliberal, proclamando, também, que outro mundo é possível. Recorrendo à proposta formulada pelo Comitê de Organização Brasileiro do Fórum Social Mundial, e contando com o interesse de numerosas organizações do Conselho Internacional do FSM, os organizadores esperam delegações do mundo todo.

Nos últimos anos, as administrações que governaram a Argentina implementaram cada uma das

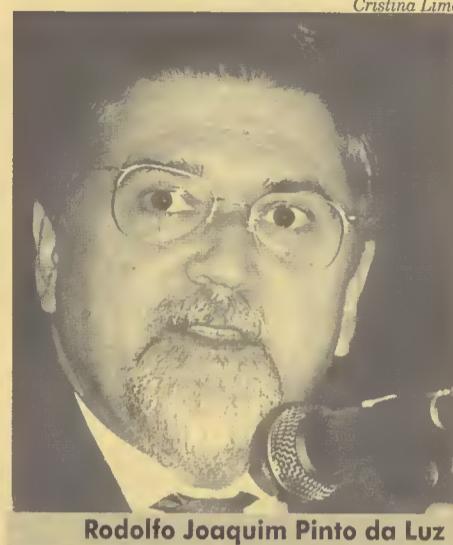
medidas do FMI e do Banco Mundial, afundando o país na crise. Agora milhões de pessoas estão mobilizando-se dispostas a buscar novas alternativas. O direito ao trabalho, a saúde, a educação, o fim do pagamento da dívida externa e a luta contra a Alca e o Plano Colômbia são alguns dos temas levantados na Convocatória para o Fórum argentino. A partir destas questões, espera-se pensar a crise atual e criar um espaço de reunião e articulação, sem que o evento tenha um caráter resolutivo. Pretende-se realizar na Argentina, assim como aconteceu em Porto Alegre, um espaço plural e diversificado, que articule movimentos e coletivos comprometidos em ações concretas contra o mundo pelo capital.

AUTONOMIA

Andifes apresenta projeto na Ufrgs

O reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc), Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, esteve na Ufrgs, dia 12 de junho, esclarecendo a professores, técnicos administrativos e estudantes alguns pontos do anteprojeto de lei orgânica sobre autonomia universitária da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais do Ensino Superior (Andifes). Luz, que integra a comissão da Andifes que elabora o anteprojeto, começou sua explanação remontando o histórico do debate. Lembrou que a autonomia da universidade já era objeto de discussão em 1931. Em 1960, o conselho dos reitores também se preocupava com o assunto e, em 1988, tentou uma regulação da autonomia na nova Constituição. "É um problema antigo, repetitivo e, até agora, sem solução", afirmou o reitor ao bom público que esteve no Salão de Atos 2.

Ele disse que, em todo este tempo, a questão da autonomia esteve entravada por um motivo simples e sempre presente na realidade brasileira: "tudo que significa autonomia representa também restrição por parte dos ministérios de planejamento". Assim, segundo Luz, o atual projeto de autonomia da Andifes, em elaboração há seis anos, é mais uma tentativa, entre tantas, de solução. "A Andifes elaborou um anteprojeto de lei orgânica em 1996, que passou por discussão em 1998 e volta agora a ser colocado em pauta, em função de uma nova disposição da Secretaria de Educação Superior, do MEC, de dialogar sobre o assunto", afirmou. Apesar disso, na opinião do



Cristina Lima

reitor, para que um projeto de autonomia universitária seja aceito em um período de sucessão presidencial, só mesmo com um "consenso absoluto". É a esse consenso que a Andifes está tentando chegar.

Um dos principais pontos do projeto é a criação de um ente jurídico especial, o de Universidade Pública Federal. Diferente do de autarquia e de fundação, esse ente jurídico daria uma maior autonomia às universidades frente aos governos e ao setor privado. Conforme Luz, essa poderia ser uma saída para o que o reitor considera o maior problema da universidade: a falta de autonomia de ordem administrativa e financeira. "Em relação a pessoal, por exemplo, não temos mais nenhuma autonomia", lembrou. Entre outros aspectos, ele defendeu a volta a um tempo em que as universidades podiam fazer seus próprios concursos, desde que tivessem disponibilidade de orçamento.

A polêmica das fundações

O ponto mais polêmico do projeto da Andifes é o que trata das fundações. Quanto à questão, o reitor afirmou ter dúvidas de que seja possível fazer de forma diferente de como ocorre hoje. "É a nossa realidade. Todas as universidades têm fundações e as que não têm as estão criando". Para ele, no entanto, as fundações são emergenciais, devido aos problemas de financiamento. Para tanto, pelo anteprojeto uma solução seria a subvenção do orçamento das universidades em 75% dos 18% que devem ser destinados por lei para o ensino superior. O reitor defendeu que, com uma boa lei de autonomia as fundações poderiam ser desnecessárias.

Luz afirmou também que apenas em um ponto as restrições da autonomia "são mínimas". É no âmbito técnico-científico, que as universidades têm tido liberdade para escolher como e em que trabalhar.

O reitor também lembrou que universidades são instituições complexas, formadas não só por salas de aula, mas por laboratórios e hospitais e estruturas burocráticas que chegam a se parecer com estruturas governamentais. Com tamanho grau de dificuldade administrativa, alertou para o risco de, sem autonomia, a universidade se transformar em uma repartição pública como outras, sem as especificidades de uma universidade. "É preciso se perguntar por que tantos estudam em escolas particulares e depois para a universidade pública? Não é porque ela é gratuita, afinal eles teriam condições de pagar, mas porque a universida-

de pública é melhor", afirmou. A partir disso, disse que é preciso defendê-la, exigindo mais vagas, recursos e condições, para o país se desenvolver.

Por último, Luz abordou a questão da gratuidade. Defendeu o pagamento de taxa de vestibular, alegando que o custo de um concurso é muito alto para a universidade e poderia ter reflexos negativos nas atividades acadêmicas. Quanto aos cursos de especialização pagos, argumentou que se tratam de uma demanda da sociedade. Acrescentou que, se a universidade pública não oferece este tipo de curso, as universidades privadas o oferecem, só que com menos qualidade. Depois da explanação, foi aberto o debate com professores, estudantes e técnicos-administrativos.

O professor Carlos Schmidt fez críticas ao projeto, principalmente por ele tomar por base a situação política atual para formular "propostas realizáveis". Para o professor, este é justamente um momento de mudança no qual é preciso afirmar integralmente o projeto de universidade. "Não é mais possível ficarmos afirmado a autoaplicabilidade do artigo 207 da Constituição Federal Brasileira que 'garante a autonomia' da universidade. Além da remoção do entulho anti-democrático e inconstitucional fabricado pelo governo atual, temos que dar curso a um projeto de autonomia como têm nossos companheiros da Fasubra. Aliás, de preferência um único projeto consensual de Andes, Une e Fasubra, ou pelo menos projetos convergentes", afirma Schmidt.

ALCA

Brasileiros participam de plebiscito em setembro

O Brasil vai às urnas de 1º a 7 de setembro para decidir sobre a integração, ou não, do Brasil à Área de Livre Comércio das Américas (Alca), acompanhando um plebiscito que acontece em toda a América Latina. O plebiscito vem sendo preparado por diversas organizações, como a CUT e o MST, além de partidos políticos. A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) também participa avaliando que a Alca "ameaça aumentar a submissão do Brasil e de toda a América Latina aos interesses da economia dos EUA".

O presidente da entidade, D. Jayme Henrique Chemello, afirma que os termos de adesão precisam ser melhor explicados à população. D. Raymundo Damasceno, secretário geral da CNBB, cita as recentes barreiras estadunidenses à importação de aço como exemplo de que a criação da Alca servirá para beneficiar interesses norte-americanos. Aponta, ainda, o problema das empresas instaladas depois da criação do Nafta no México, chamadas de "maquiadoras". Essas empresas são subsidiárias de multinacionais que se transferiram para o México com a intenção de aproveitar a mão-de-obra barata existente no país. Depois de instaladas, essas fábricas recebem peças acabadas das matrizes e apenas montam o produto final, sem com isso contribuir para a economia local. Acabados, esses produtos podem ser ex-

portados do México para os Estados Unidos sem precisar pagar impostos, por causa do Nafta.

A Alca pode trazer essas mesmas maquiadoras para o Brasil. Como o destino do Brasil e dos demais países latino-americanos depende da forma de inserção – soberana ou subordinada – no mercado internacional, qualquer decisão a este respeito precisa ser submetida aos povos de cada um de seus países. Para a CNBB, é necessário que os governos apenas firmem acordos dessa dimensão depois deste pronunciamento da cidadania.

O plebiscito foi uma das muitas iniciativas saídas do Fórum Social Mundial de Porto Alegre. Na reunião de ministros de Indústria e Comércio de todo o continente, para a tomada de decisões sobre a Alca, em Buenos Aires, dias 6 e 7 de abril, houve uma ampla participação popular, para divulgar uma proposta alternativa de integração latino-americana e para avançar no projeto de convocatória a consultas populares sobre as modalidades de inserção do Brasil e dos outros países do continente. Depois de encerradas essas ações, pretende-se levar a Quito (Equador), durante a reunião mundial de ministros que tomará decisões sobre a Alca, o resultado do plebiscito, que escolherá entre uma integração subordinada ou soberana.

Para ajudar na discussão, está sendo produzido um

amplo leque de material didático, além de um programa de rádio com entrevistas sobre o significado da Alca, realizado pelo setor de comunicação do MST em convênio com a Universidade Católica de Santos. São quatro programas, de 15 minutos, cada em um CD, que pode ser adquirido pelo endereço eletrônico semterra@mst.org.br. Cartilhas para militantes de base e um jornal foram produzidos, este último preparado pela equipe de jornalistas da revista Caros Amigos. O livro "Soberania Sim, Alca Não!" foi editado em parceria com a Editora Expressão Popular. Um vídeo com depoimentos de autoridades e personalidades sobre o tema foi produzido para ser apresentado nas reuniões com a população. Há ainda um boletim explicativo, preparado pelo sindicato de fiscais da Receita Federal de Belo Horizonte.

Outras iniciativas dizem respeito a ações como as plenárias de entidades estaduais, compostas por todas organizações, pastorais sociais, sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais de cada Estado.

Campanha Nacional Contra a ALCA: contato e pedidos de materiais didáticos podem ser feitos pelo endereço: Rua do Glicério, 221 – Bairro Liberdade – CEP 01514-000 – São Paulo/SP. O correio eletrônico é jubileubrasil@caritasbrasileira.org. Telefone: (011)3341.0201.

EDUCAÇÃO

Definida a programação do 2º FME

O comitê político do Fórum Mundial de Educação (FME), reunido no último dia 26, aprovou a programação para a segunda edição do evento, que acontece entre os dias 19 e 22 de janeiro de 2003. O tema central, "Educação e Transformação: A Educação Pública na Construção de um Outro Mundo Possível", será distribuído em três conferências, nove debates temáticos e seis debates especiais. Também serão discutidos o financiamento da educação, a construção de uma cultura da paz, as interfaces do mundo do trabalho e o papel das universidades na construção do conhecimento.

Segundo o secretário municipal de Educação, Eliezer Pacheco, coordenador geral do evento, "O FME discutirá e apontará propostas para que o Estado garanta educação pública de qualidade, que é um instrumento fundamental de transformação da realidade desigual e cruel, fazendo, assim, o contraponto à crescente mercantilização da educação". Conferencistas e debatedores foram indicados por entidades, educadores, universidades, professores e estudantes, tendo a diversidade geográfica, étnica e de gênero como critérios.

O encontro, que aconteceria em novembro próximo, foi transferido para janeiro a pedido da maioria dos educadores de outros estados e países, que estavam tendo dificuldades de vir a Porto Alegre participar de dois eventos no mesmo ano. A idéia é congregar o FME e o Fórum Social Mundial (FSM), marcado para o final de janeiro, como forma de facilitar a vin-

**Programação – Educação e Transformação:
A Educação Pública na Construção de um Outro Mundo Possível**

Dia 19 de janeiro

13h - **Início do credenciamento**
20h - **Abertura Oficial**
Homenagem a Pierre Bourdieu

Dia 20 de janeiro

8h - **Conferência I - A Cidade e a Educação**
14h - **Relatos Temáticos (Pôsteres)**
19h - **Grupos Temáticos**

Dia 21 de janeiro

8h - **Conferência II**
A Construção Social do Conhecimento

14h - Debates Temáticos

1 - Escola Cidadã, Cidade Educadora; 2 - Educação Popular, Educação Formal; 3 - Gestão Democrática; 4 - A Educação e o Mundo do Trabalho; 5 - Os Movimentos Sociais, as ONGs e a Educação.

19h - Debates Temáticos

6 - O Papel da Universidade na Construção do Conhecimento; 7 - O Papel do Estado Enquanto financiador da Educação; 8 - Educação para uma Nova Sociedade; 9 - A Educação Pública como Direito Social.

Dia 22 de janeiro

8h - **Conferência III**
Projeto Político e Projeto Pedagógico

14h - Programação Especial

A - Alternativas Sociais à Comercialização da Educação; B - Ética e Educação; C - Colóquio Internacional: A Internacionalização das Reformas Educacionais; D - Educação para a Paz; E - Novas Perspectivas na Gestão Educacional; F - Educação e Identidades.

19h - **Carta do Fórum**

21h - **Encerramento**

da dos participantes.

O primeiro FME, realizado em outubro de 2001, resultou em um fortalecimento das redes e na conquista de espaços para discutir o papel da educação na construção de um outro mundo possível. Mais entidades fo-

ram agregadas nesta segunda edição e a expectativa do Comitê de Organização é de aumentar o número de participantes em relação à primeira edição, que reuniu na capital gaúcha cerca de 15 mil educadores de 60 países e mais de mil entidades.

ELEIÇÕES 2002

Aposentados apresentam reivindicações

No dia 6 de junho, representantes do Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas (Mosap) e da Confederação Brasileira de Aposentados (Cobap) entregaram ao candidato à presidência da República pelo PT, Luiz Inácio Lula da Silva, um documento que reivindica, basicamente, a preservação dos direitos da categoria previstos na Constituição Federal. Segundo o vice-presidente do Mosap, Edison Haubert, a proposta será entregue aos demais presidenciáveis, dos quais o movimento espera respostas concretas. O resultado será amplamente divulgado entre os aposentados com o objetivo de auxiliá-los na escolha do futuro presidente.

O texto de abertura do documento diz que o Mosap, que congrega mais de 700 entidades de servidores públicos das esferas federal, estadual e municipal, sómente recomendará aos aposentados do serviço público os candidatos à presidência da República que se dispuserem, publicamente, a incorporar em seus programas os pleitos e princípios defendidos pela categoria. Estes divididos em 20, que tratam basicamente da defesa da paridade entre ativos, aposentados e pensionistas, da integralidade e da não incidência de contribuição previdenciária. A manutenção do Regime Jurídico Único e da previdência pública



Proposta: Edison Haubert, vice-presidente do Instituto Mosap, Luiz Inácio Lula da Silva, candidato à presidência, e o deputado federal Paulo Paim

também foi citada na proposta.

Sobre a paridade, o documento cita o parágrafo oitavo do artigo 40 da Constituição Federal que diz "os proventos de aposentadoria e pensão serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores

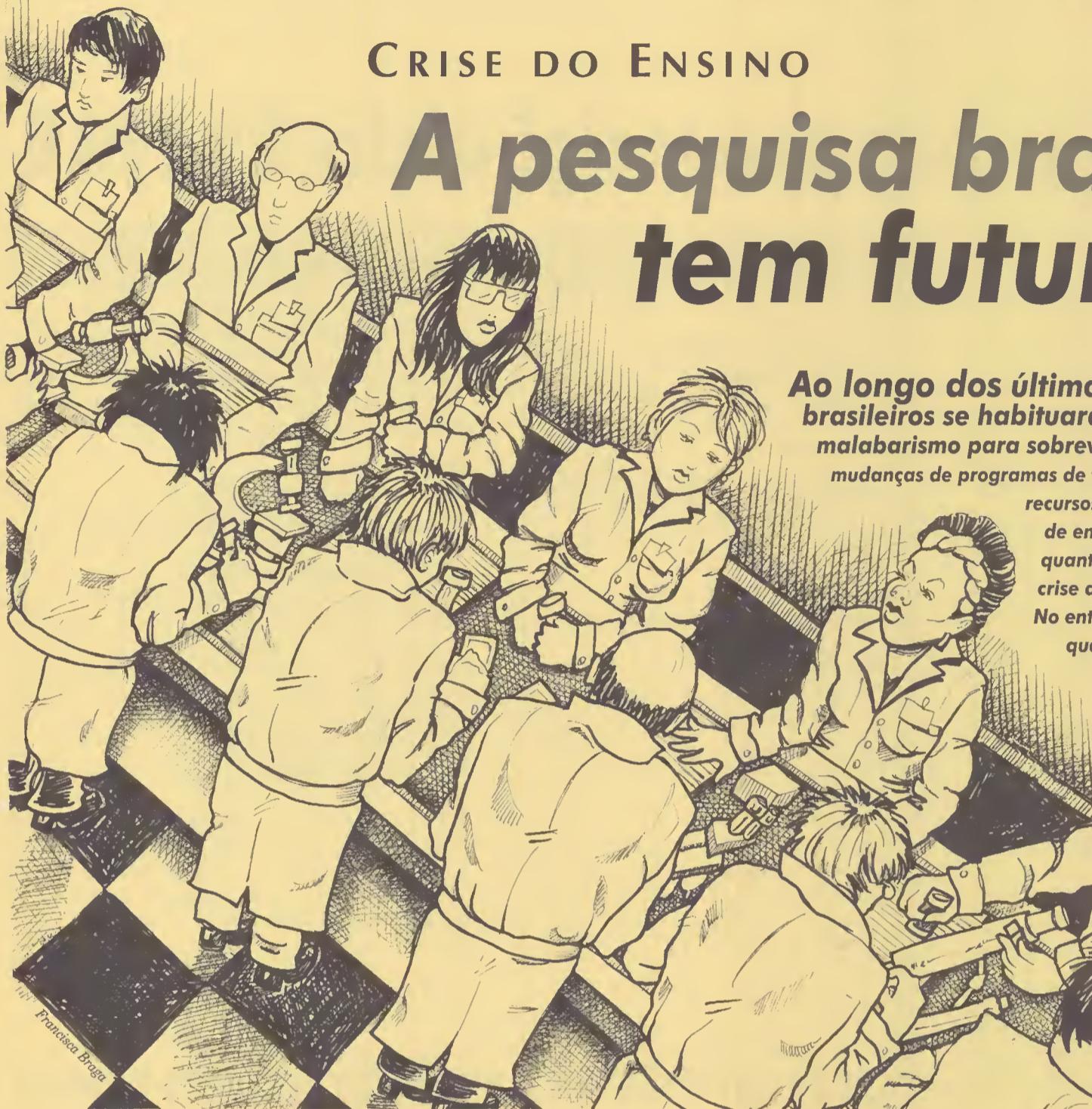
em atividade, inclusive quando decorrentes de transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que servir de referência para a concessão da pensão".

No que se trata da integralidade, é fundamental para o Mosap a garantia do cálculo dos proventos, assim como a cobrança da contribuição dos servidores em atividade, com base na totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo

em que se der a aposentadoria ou a pensão. O documento lembra que a cobrança previdenciária dos aposentados é inconstitucional, conforme decisão unânime do Supremo Tribunal Federal (STF).

Os aposentados pedem ainda a revogação dos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) e da Lei dos Regimes Próprios de Previdência dos Servidores Públicos (Lei 9.717/98), que limitam os gastos com aposentadorias e pensões. E ainda a definição de uma data-base, com a garantia de revisão geral, sem diferenciação de índices, capaz de atualizar o poder de compra dos salários, extensivo a todos os servidores públicos, ativos, aposentados e pensionistas.

Uma política de reposição de perdas salariais e atualização do poder de compra; garantia do exercício do direito de greve sem regulamentos restritivos e o combate à terceirização no serviço público, que, segundo os militantes do Mosap, apenas precariza as relações de trabalho e não reduz despesas, também fazem parte da lista de reivindicações dos aposentados, assim como a defesa de um serviço público de qualidade e o respeito à Constituição. O movimento tem encontro marcado com o candidato do PPS, Ciro Gomes, em agosto, e espera agendar para o próximo mês pelo menos mais um presidenciável.



CRISE DO ENSINO

A pesquisa brasileira tem futuro?

Ao longo dos últimos anos, os pesquisadores brasileiros se habituaram a um permanente

malabarismo para sobreviver em razão das constantes mudanças de programas de fomento e do progressivo corte de recursos para a pesquisa. O sistema federal

de ensino superior apresenta crescimento quantitativo em vários índices, apesar da crise de financiamento do setor.

No entanto, há sérias suspeitas sobre a qualidade do que está sendo

produzido. Além disso, recentes propostas da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do próprio MEC lançam nuvens negras sobre a idéia de uma pesquisa científica voltada para o desenvolvimento nacional.

Marco Aurélio Weissheimer

Osistema federal de ensino superior brasileiro é composto por 52 instituições – 39 universidades, cinco centros federais de ensino tecnológico e oito faculdades isoladas. Há, ainda, as Instituições Federais da Educação Básica – CEFETs (11), Colégio Pedro II, escolas técnicas (seis) e agrotécnicas (48), que cumprem importante papel no sistema educacional brasileiro. As instituições deste sistema atendem a um contingente de 400 mil estudantes de graduação, 60 mil de mestrado e 30 mil de doutorado, sendo responsáveis por cerca de 90% da pesquisa científica realizada no País.

Essa produção científica representa cerca de 42% de toda a produção da América Latina e coloca o Brasil como o 17º país do mundo com maior número de artigos científicos publicados. Por outro lado, o País tem o 43º lugar no ranking dos que aplicam tais estudos em produção econômica – ficando atrás de países como o Chile e a Argentina. A maior parte da pesquisa no Brasil é financiada pelo Estado. Segundo dados do MEC, as empresas privadas respondem por 35,7% dos recursos aplicados em pesquisas (ano-base 1999), enquanto nos países desenvolvidos esse índice sobe para mais de 70%.

A maior parte da pesquisa brasileira é realizada, portanto, nas instituições públicas. Sem o trabalho dos estudantes, professores e servidores técnicos-adminis-

nistrativos, o Brasil não teria construído muitas usinas hidroelétricas, poços de prospecção de petróleo em águas profundas, a indústria naval e aeronáutica. Tampouco poderia ter melhorado geneticamente diversos produtos agrícolas, aumentando a produção de alimentos. O custo da produção de alimentos seria ainda mais alto e o Brasil ostentaria índices de exclusão social ainda mais elevados. No entanto, apesar dessa importância estratégica para o desenvolvimento do país, o setor sofre um processo sistemático de (des) financiamento.

A crise de financiamento do sistema

Entre os anos de 1995 e 2000, o gasto com o ensino superior público se manteve aproximadamente constante em cerca de R\$ 6 bilhões/ano, dos quais 90% se destinam ao pagamento de pessoal (técnicos-administrativos e professores). No mesmo período, houve uma redução de cerca de 4% ao ano dos recursos do governo federal aplicados em ciência e tecnologia. Ao mesmo tempo, as matrículas nas Ifes aumentaram em 8,4% e os cursos noturnos em 15,4%. O ingresso de professores substitutos, com contratos precários, aumentou em 10% e o de professores efetivos diminuiu em cerca de 75%. No período considerado, as receitas líquidas da União aumentaram 215%, princi-

palmente através do aumento de impostos direcionados à classe média baixa e retirada de recursos das áreas sociais.

Esse processo de diminuição progressiva de recursos para o ensino superior não ocorre por acaso ou simplesmente por contingências orçamentárias. Em uma já famosa entrevista à revista Exame, em 1995, o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, afirmou que a busca do desenvolvimento científico e tecnológico é uma prioridade ultrapassada, uma idéia que a globalização enterrou no cemitério da história. Paulo Renato disse naquela ocasião que o país e as universidades brasileiras não precisavam se preocupar com pesquisas, pois todo conhecimento seria provido pelo mercado, pelas empresas transnacionais. Essas idéias traduziram-se em políticas "públicas". O governo Fernando Henrique estimulou a criação de instituições privadas de ensino que, livres do controle público e sem compromisso com a pesquisa, proliferaram a uma velocidade jamais vista. A educação tecnológica e a educação superior estão sendo redefinidas em conformidade com o modelo proposto pelo Banco Mundial, com graves prejuízos para a consolidação da capacidade científico-tecnológica nacional.

A mais recente investida desta política foi a criação do anteprojeto de regulamentação do Emprego Público nas Ifes

que, caso implementado, concorreria para consolidar a privatização dessas instituições, flexibilizando o trabalho acadêmico e acentuando a precarização das relações trabalhistas. A mobilização e a pressão da comunidade acadêmica conseguiram, por enquanto, fazer o governo voltar atrás, mantendo a contratação dos docentes pelo Regime Jurídico Único (RJU). Esta foi uma das principais conquistas da greve de 2001. Outro elemento estruturante da atual política do MEC foi o violento arrocho salarial dos docentes e servidores técnico-administrativos do setor das federais, cujos salários permaneceram congelados por sete anos. Segundo o Dieese, em 2001, a perda salarial chegou a 44%, requerendo um reajuste de 75,48% somente para recuperar o poder de compra de 1995, último ano em que os salários foram reajustados. Atualmente, do total da remuneração salarial dos professores, 75% correspondem a gratificações que podem ser retiradas. Somente a Gratificação de Atividade Executiva (GAE) representa 160% do salário.

As gratificações de Estímulo à Docência (GED) e de Incentivo à Docência (GID), implantadas pelo MEC a partir de 1998, aprofundaram a quebra da isonomia e da paridade entre docentes da carreira de ensino superior, que recebem a GED, e os da educação básica, que recebem a GID e entre ativos e aposentados.

Mais vagas, menos recursos. E a qualidade?

Considerando esses números, não é exagero nenhum dizer que as universidades públicas federais operaram uma verdadeira mágica na segunda metade dos anos 90: aumentaram a oferta de vagas e a produção acadêmica de seus professores enquanto administravam cortes de funcionários, professores e investimentos do governo federal. As vagas em cursos noturnos dobraram entre 1995 e 2000. As matrículas na graduação cresceram 26%. Na pós-graduação, 154%. O número de professores com doutorado disparou e a produção acadêmica aumentou, ao menos em quantidade. Foram 9,7 mil dissertações de mestrado no final da década contra quatro mil em 1995. As teses de doutorado cresceram de quase 600 para mais de duas mil. É difícil dizer se esse aumento quantitativo veio acompanhando de um qualitativo. Mas alguns números sugerem que um aumento da qualidade dessa produção exige uma mágica ainda maior.

Entre 1995 e 2000, as federais perderam 13.476 funcionários e 778 professores. No mesmo período, os concursos para professores caíram de 819, em 1996, para 71, em 2000. Naquele ano, foram realizados apenas dois exames para contratar pessoal técnico para todas as instituições federais do País. Por outro lado, aumentaram sensivelmente os contratos temporários, muitos considerados irregulares pelo Tribunal de Contas da União. O dinheiro disponível para manutenção e investimentos das universidades vem sofrendo uma queda constante.

Segundo levantamento feito pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), apesar de uma queda de 72% no volume de investimentos e 17% a menos na quantida-

de de recursos para manutenção, as universidades federais conseguiram aumentar de 88 mil para 112 mil as vagas oferecidas por meio de processos seletivos, de 1995 a 2000. Um crescimento de 26%. A Andifes estima que o déficit de professores atualmente esteja em torno de 7 mil vagas. Na área técnico-administrativa, a falta de funcionários chega a pelo menos 20 mil. Entre 1995 e 2000, as verbas obtidas pelas próprias universidades, basicamente por meio das fundações, passaram de R\$ 518,5 milhões para R\$ 459,2 milhões.

Contratos temporários

O levantamento da Andifes mostra ainda um aumento de 404% nos valores gastos em contratos temporários nas instituições de ensino superior. Foram R\$ 16,2 milhões em 1995 e R\$ 81,7 milhões em 2000. No mesmo período, o número de concursos para professores e técnicos caiu de 440 para 71 e de 496 para dois, respectivamente. A pesquisa da Andifes possui apenas dados quantitativos. Portanto, não é possível afirmar quais áreas de ensino apresentam maior deficiência de docentes ou servidores administrativos. Segundo dados da Secretaria de Ensino Superior do MEC, há, hoje, oito mil professores temporários, de um total de 40 mil na rede de ensino superior do país.

Na área de pós-graduação, houve um aumento de quatro mil dissertações de mestrado em 1995 para 9.700 em 2000. No mesmo período, as teses de doutorado cresceram de 597 para 2.100. Enquanto o número de professores com mestrado caiu de 17,4 mil, em 1995, para 16,4 mil, em 2000, a quantidade de docentes com doutorado apresentou aumento de 57%, de 10,3 mil para 16,2 mil.

O futuro da pesquisa no Brasil

Ao longo dos últimos anos, os pesquisadores brasileiros se habituaram a um permanente malabarismo para sobreviver em razão das constantes mudanças de programas de fomento e do progressivo corte de recursos para a pesquisa. O surgimento dos Fundos Setoriais, voltados para o fomento da inovação em redes de conhecimento definidas, foi bem recebido pela comunidade acadêmica, pois pretendia alavancar um setor extremamente deficitário. O problema é que o volume de recursos é claramente insuficiente tendo em vista o tamanho da demanda. O orçamento do CNPq tem se mantido no mesmo patamar, apesar da inclusão desses novos programas e da desvalorização do real. A execução orçamentária dos primeiros quatro meses deste ano mostra que, praticamente, apenas os recursos de bolsas vêm sendo liberados. O contingenciamento de R\$ 350 milhões, anunciado recentemente pelo governo federal, retirando quase a metade do orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia, só aumenta a preocupação com o futuro da pesquisa acadêmica no Brasil, abrindo cada vez mais o terreno para a concretização do sonho da OMC: submeter também a educação às regras do mercado.

A proposta da Organização Mundial do Comércio

Apesar de todo esse crescimento quantitativo, nuvens negras pairam sobre o futuro da idéia de uma pesquisa científica voltada para o desenvolvimento nacional. A Organização Mundial do Comércio (OMC) elaborou uma proposta para regulamentar os serviços de educação em nível global. A OMC quer que o ensino superior seja incluído no rol dos 12 serviços submetidos ao Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (Gatt) do organismo multilateral. A proposta tem o patrocínio dos Estados Unidos, e já conta com o apoio da Austrália, Nova Zelândia e dos países filiados à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A proposta da OMC pode representar o fim do ensino superior público e gratuito, a ausência de critérios mínimos para criação de faculdades, a impossibilidade de fechamento de cursos sem qualidade e a abertura do mercado de trabalho de nível superior para profissionais estrangeiros. Essa foi a conclusão de professores universitários, diplomatas e políticos, que se reuniram semanas atrás na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para discutir a proposta. Segundo explicou o assessor da Universidade das Nações Unidas, Marco Antônio Dias, uma vez regulamentada pela OMC, a educação superior não poderá mais sofrer interferência de legislação nacional. A educação deixa de ser um bem público, carro-chefe das políticas de desenvolvimento, fundamental para a soberania nacional, e passa a ser mercaudoria. Se uma instituição abrir um curso de péssima qualidade, por exemplo, ninguém poderá ser contra. Se uma instituição quiser abrir um excelente curso, porém completamente desvinculado da realidade brasileira, também não poderá ser impedida. Não haverá mais compromisso da educação com as necessidades do País.

A OMC propõe ainda que qualquer subsídio dado a uma organização deverá ser estendido a todas as outras que prestem o mesmo serviço. Isso coloca diretamente em risco as universidades federais. As universidades estrangeiras poderiam reivindicar participação no bolo que é transferido às universidades públicas. A verba, que já é insuficiente para manter as federais, seria ainda mais pulverizada. Segundo a reitora da Universidade Federal de Minas Gerais, Ana Lúcia Gazzola, a UFMG assumiu a tarefa de dar visibilidade às discussões, mas é necessário envolver toda a sociedade para barrar essa proposta. "Para nós é inadmissível que a responsabilidade de conduzir políticas educacionais seja transferida para o mercado, que não terá compromissos com uma educação libertadora e humanista", defendeu Gazzola na reunião de Minas Gerais.

As Diretrizes Curriculares Nacionais

O MEC parece já estar preparando terreno para a implementação do projeto da OMC. A proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais, aprovada recentemente pela Comissão de Ensino Superior do Ministério da Educação, tem uma lógica inteiramente adequada a ela. O documento pretende fixar regras co-

munas para cursos de graduação tão heterogêneos como os de direito, ciências econômicas, administração, ciências contábeis, turismo, hotelaria, secretariado executivo, música, dança, teatro e design. O MEC propõe a substituição do conceito de currículo mínimo pelo conceito de flexibilidade curricular, dando às universidades ampla liberdade para reformular o conteúdo de suas disciplinas. Além disso, quer reduzir de cinco para três anos a duração de todos os cursos de graduação, com exceção dos de medicina e engenharia. As reações foram imediatas. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) criticou a proposta tendo em vista as já graves deficiências do ensino jurídico no Brasil. A proposta do MEC tem duas partes, uma geral e outra específica, para cada carreira. A parte geral prevê critérios iguais de orientação curricular para os cursos citados acima. Propõe os mesmos remédios para "males" distintos.

Ela abre alternativas para as instituições de ensino superior funcionarem em regime seriado anual ou semestral, com sistema de créditos modulares ou por disciplina. Abre possibilidade também para o funcionamento de cursos de quatro e até de três anos, inclusive para a área do direito. O argumento do MEC é de que cursos mais curtos facilitariam o acesso das classes menos favorecidas à Universidade, sem considerar um provável efeito negativo sobre a qualidade destes cursos. A proposta do MEC admite, por exemplo, a existência de cursos de direito com duração de apenas três anos, contra os cinco exigidos pela portaria 1866, de 1994, que disciplina a matéria. Elimina ainda a exigência da legislação anterior de que toda escola de direito tenha uma biblioteca com pelo menos dez mil livros jurídicos. A proposta também extingue a necessidade de uma grade curricular mínima, comum a todos os cursos de Direito do País. Caso aprovada, será possível criar cursos específicos para cada área. Só direito penal, por exemplo.

Um dos maiores problemas que essa proposta acarreta é a inviabilidade de um processo de avaliação e fiscalização da qualidade dos cursos oferecidos no País. "Se cada faculdade puder oferecer um currículo absolutamente diferente de outra, que critérios mínimos poderão ser aplicados para avaliar a qualidade destes cursos?" – indagou a OAB em um documento enviado ao MEC.

A OAB observou que o penúltimo exame da Ordem para autorização do exercício profissional reprovou quase 72% dos candidatos. Dos 6.659 bacharéis que disputaram 100 vagas no concurso para o Ministério Público de São Paulo, em 2001, só 52 conseguiram ser aprovados. O mesmo problema vem sendo enfrentado pelas Justiças estadual e federal. Se esses estudantes não conseguiram ter uma formação aceitável em cinco anos, o que poderia acontecer se a graduação fosse reduzida para apenas três, como quer o MEC? O objetivo do MEC deixa clara a afinidade da proposta com a da OMC. A intenção é ajudar a diminuir os índices de evasão e inadimplência de que se queixam os proprietários de universidades privadas.

A chamada "tolerância zero", vulgata da segurança
 apresentada como um discurso científico que se propõe implantar uma
 ação policial "racional", não passa de uma fraude, decantada por
 políticos de esquerda e direita pelo mundo inteiro

Dissecando a "tolerância zero"

(2ª parte)

Loïc Wacquant*

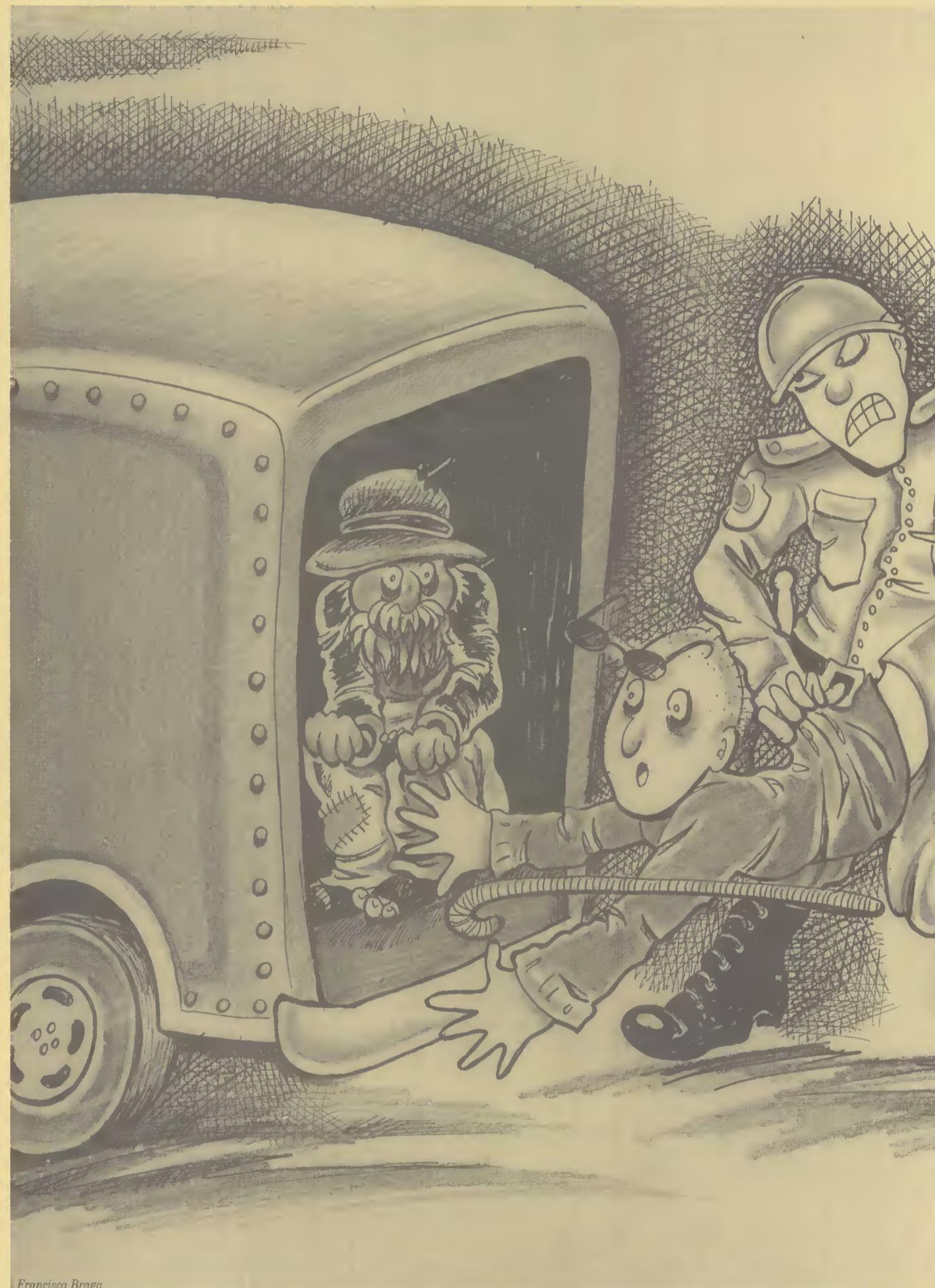
Por trás da "tolerância zero", a reorganização burocrática. Segundo a mitologia planetária difundida pelos *think tanks* neoliberais e suas correias de transmissão midiáticas e políticas, a polícia nova-iorquina teria abatido a hidra criminal aplicando uma política especial – chamada de "tolerância zero" – que se empenha em perseguir sem trégua as menores infrações cometidas na via pública. Desde 1993, por exemplo, qualquer pessoa que se encontrasse mendigando ou vagando pela cidade, ouvindo o rádio do carro muito alto, sujando ou "grafitando" a via pública, poderia ser automaticamente detida e diretamente enviada para trás das grades: "Acabaram-se os simples controles na delegacia. Se você urina na rua, vai preso. Decidimos consertar as 'vidraças quebradas' [ou seja, as mínimas marcas externas de desordem] e impedir quem quer que seja de quebrá-las de novo." Essa estratégia, afirma seu chefe, William Bratton, "funciona nos Estados Unidos" e funcionaria também "em qualquer cidade do mundo."

Esse slogan policial da "tolerância zero" fez a volta ao mundo, mas é uma noção vaga que oculta, pelo próprio fato de misturá-las, quatro transformações concomitantes – mas distintas – da manutenção da ordem pública. A polícia de Nova York inicialmente se empenhou numa vasta reestruturação burocrática: descentralização dos serviços, diminuição dos níveis hierárquicos, rejuvenescimento dos efetivos, indexação da remuneração e da progressão dos delegados de bairro de acordo com os "números" que produzem. Em seguida, seus recursos aumentaram consideravelmente: os efetivos policiais passaram de 27 mil, em 1993, para 41 mil menos de dez anos depois, às custas de um aumento do orçamento da polícia, enquanto, ao mesmo tempo, o orçamento dos serviços sociais era cortado. A polícia procedeu também a um desenvolvimento de novas tecnologias informáticas, entre as quais o sistema Compstat, que permite seguir em tempo real a evolução de delitos e crimes, a fim de redistribuir "em fluxo tenso" os efetivos policiais nos setores atingidos. Finalmente, foram revistos os procedimentos do conjunto dos serviços de acordo com os esquemas dos gabinetes de consultoria em "engenharia empresarial" e foram implementadas ações precisas contra o porte de armas, o tráfico de entorpecentes, a violência conjugal, as infrações do código de trânsito etc.

A "teoria da vidraça quebrada"

No total, uma burocracia considerada pouco inspirada, passiva, corrompida e que tinha adotado o hábito de esperar que as vítimas do crime apresentassem a queixa para se contentar em registrá-la, transformou-se em verdadeira "empresa" de "segurança" zelosa, dotada de recursos humanos e materiais colossais e de uma atitude ofensiva. Se essa mutação burocrática teve um impacto significativo sobre a criminalidade – o que ninguém chegou a demonstrar –, esse impacto, no entanto, não é motivado pela tática adotada pela polícia.

Da "vidraça quebrada" aos "testículos despedaçados". O último mito planetário sobre a segurança proveniente dos Estados Unidos é a idéia segundo a qual a política de "tolerância zero", considerada responsável pelo sucesso



Francisca Braga

policial de Nova York, se basearia numa teoria criminológica cientificamente comprovada, a famosa "teoria da vidraça quebrada". Ela postula que a repressão imediata e severa das menores infrações na via pública detém o desencadeamento de grandes atentados criminosos (re)estabelecendo nas ruas um clima sadio de ordem – prender os ladrões de galinhas permitiria paralisar potenciais bandidos maiores¹. Ora, essa pretensa teoria é

tudo menos uma teoria científica, já que foi formulada, há vinte anos, pelo cientista político conservador James Q. Wilson e seu comparsa George Kelling sob a forma de um texto de nove páginas – publicado não numa revista de criminologia, submetida à avaliação de pesquisadores competentes, mas numa revista semanal cultural de grande circulação. E nunca recebeu, desde então, o menor indício de prova empírica.

Medidas eleitorais e discriminatórias

Seus adeptos citam sempre, em sua defesa, um livro do cientista político Wesley Skogan, *Disorder and Decline*, publicado em 1990, que estuda as causas e os remédios para os deslocamentos sociais em 40 bairros de seis metrópoles norte-americanas. Mas esse livro demonstra, na verdade, que é a pobreza e a segregação racial – e não o clima de "desordem urbana" – que são as principais determinantes da taxa de criminalidade na cidade. Por outro lado, as conclusões estatísticas foram invalidadas em razão do acúmulo dos erros de avaliação e dos dados incompletos. Finalmente, seu próprio autor dá à famosa "vidraça quebrada" o status de simples "metáfora".

Há coisas ainda mais esquisitas: a adoção do assédio policial permanente da população pobre de Nova York não tem, segundo declarações dos próprios inventores, ligação alguma com qualquer teoria criminológica. A famosa "vidraça quebrada" só foi descoberta e invocada pelos oficiais nova-iorquinos a posteriori, a fim de fantasiar com adoros racionais medidas populares junto ao eleitorado (em sua maioria branco e burguês), mas discriminatórias tanto em princípio como na aplicação, dando assim um aspecto inovador ao que era apenas um retorno a uma velha receita policial.

Qualificado por Giuliani de "gênio da luta contra o crime", Jack Maple, que foi o iniciador dessa política no metrô antes de estendê-la à rua, diz, aliás, sem subterfúgios, em sua autobiografia *Crime Fighter*, publicada em 1999: "A teoria do vidro quebrado é apenas uma extensão do que tínhamos o hábito de chamar a 'teoria dos testículos despedaçados' (breaking balls theory)". Originária da sabedoria policial comum, que estipula que se os policiais perseguirem com insistência um criminoso notório por pequenos crimes, ele acabará, vencido pelo cansaço, por abandonar o bairro para ir cometer seus delitos em outro lugar.

Enxurrada de bobagens transatlânticas

O mestre de obras da política policial de Giuliani debocha abertamente dos que acreditam na existência de uma "ligação mística entre os

incidentes menores provenientes da desordem e os atentados criminosos mais graves". A idéia de que a polícia poderia fazer baixar a criminalidade violenta combatendo incivilidades parece-lhe "patética" e ele dá uma grande quantidade de exemplos contrários tirados de sua experiência profissional. E compara o prefeito que adotasse essa tática policial a um médico que "fizesse um lifting num canceroso", ou a alguém que fizesse caça submarina e pegasse "golfinhos em vez de tubarões".

Jack Maple provavelmente ficaria muito espantado se lesse a "Ficha nº 31" redigida pelos "especialistas" franceses do Instituto de Estudos Superiores da Segurança Interna (IHESI), organização de "pesquisa" do Ministério do Interior. Destinada a orientar os prefeitos franceses na redação de "contratos locais de

segurança", essa ficha indica: "Pesquisas norte-americanas mostraram que a proliferação de incivilidades é apenas o prenúncio para um aumento generalizado da delinquência. As primeiras condutas irregulares, por menores que pareçam, pelo pouco que se generalizem, denunciam um bairro, centralizam sobre ele outros desvios, são o indício do fim da paz social na via cotidiana. A espiral do declínio se inicia, a violência se instala e, com ela, todas as formas de delinquência: agressões, roubos, tráfico de entorpecentes etc. (cf. J. Wilson e T. [sic] Kelling, *A teoria da vidraça quebrada*). Foi com base nas constatações dessas pesquisas que o chefe de polícia de Nova York estabeleceu uma estratégia de luta chamada de 'tolerância zero' contra os provocadores de incivilidades, o que parece ter sido um dos fatores da maior redução da criminalidade nessa cidade."

É difícil conter um sentimento de incredulidade diante de uma tal enxurrada de bobagens transatlânticas. Pois a tática do assédio policial aos pobres implementada por Nova York é só a aplicação plenamente assumida das "teorias" autóctones baseadas no bom senso prático dos policiais. E esse bom senso não faz, no caso, grande sentido.

Uma crença coletiva e sem fundamento

Orientada pelos dois melhores especialistas norte-americanos, uma avaliação rigorosa do conjunto dos trabalhos científicos destinados a testar a eficiência da polícia em matéria de luta contra o crime concluiu que nem o número de policiais envolvidos na batalha, nem as mudanças internas de organização e de cultura das forças da ordem (como a introdução da polícia comunitária), nem mesmo as estratégias de levantamento dos locais e dos grupos com maior propensão para o crime (com "exceção possível e parcial" dos programas visando ao tráfico de rua de entorpecentes) tiveram por si só impacto sobre a evolução das infrações. E, como última ironia, os autores designam o dispositivo "Compstat" e a "tolerância zero" como "os candidatos menos plausíveis para explicar o recuo da criminalidade violenta" nos Estados Unidos...

Esses quatro mitos científicos provenientes do além-Atlântico encaixam-se de modo a formar uma cadeia de aparência silogística que permite justificar a adoção de uma política de "limpeza de classe" essencialmente discriminatória. Baseia-se, na realidade, numa equivalência entre agir fora das normas e estar fora da lei, visa bairros e populações previamente suspeitas – quando não consideradas previamente culpadas. Se é verdade que a sociedade norte-americana foi pacificada pela ação da polícia – enquanto outros países são atingidos por uma "onda" de crimes – graças à política de "tolerância zero", que por sua vez se baseia numa teoria criminológica sólida (a da "vidraça quebrada"), então como não se apressar em importar essas noções para pôr em prática os dispositivos que elas parecem fundamentar na razão? Na realidade, as quatro propostas-chave da nova vulgata de segurança *made in USA* são desprovidas de qualquer validade científica e sua eficácia prática origina-se numa crença coletiva sem fundamento na realidade. Reunidas, servem de rampa de lançamento planetário a uma fraude intelectual que, dando um aval pseudocientífico ao ativismo desordenado dos serviços de polícia, contribui para legitimar a mudança para a gestão penal da segurança social que, por toda parte, é gerada pelo não comprometimento econômico e social do Estado.

Tradução: Regina Salgado Campos

* Sociólogo na Universidade da Califórnia (Berkeley) e no Centre de Sociologie Européenne, Paris. Autor de *Corps et âme. Carnets ethnographiques d'un apprenti boxeur*, ed. Agone, Marselha, 2000, e de *Punir les pauvres* (a ser lançado pela mesma editora).

1. N.T. Há aqui um trocadilho em francês (arrêter les voeurs d'oeufs permettrait de stopper les tueurs de bœufs) que não pode ser mantido na tradução.

Eco 92

Ambientalistas temem retrocessos com a Rio + 10

Os Estados Unidos podem usar a Rio + 10 para derubar acordos que já haviam sido estabelecidos na Eco 92, dizem os ambientalistas que participaram em Bali (Indonésia) da reunião preparatória para a Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável, que começa no final de agosto em Johanesburgo. Segundo o Instituto Sócio Ambiental (ISA), ong ligada à luta pela preservação do meio ambiente, a Cúpula Mundial, concebida com a finalidade de se avaliar os empêlos à implementação da Agenda 21, dez anos após a realização da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (a Rio-92), corre o risco de perder o próprio sentido. Estados Unidos, Canadá, Austrália, Japão e Arábia Saudita praticamente inviabilizaram as negociações no evento, opondo-se à aprovação de qualquer meta ou cronograma na concretização do desenvolvimento sustentável. Opuseram-se sistematicamente a quaisquer compromissos financeiros ou de transferência de tecnologia a países em desenvolvimento e à aplicação do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas dos Estados. A insistência da delegação norte-americana em rediscutir compromissos já assumidos chegou a criar a suspeita de que, ao invés de se avançar na superação de obstáculos à implementação da Agenda 21, possa haver um retrocesso em relação aos documentos assinados no Rio de Janeiro há dez anos atrás. Ambientalistas sentem que são cada vez mais remotas as chances de avanços concretos na área.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

ADUFGRS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS	
CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64	
BALANÇETES – VALORES MENSais - 2002	
RUBRÍCAS / MESES	
ATIVO	1.952.150,68
FINANCEIRO	1.699.668,53
DISPONÍVEL	253.986,49
CAIXA	6.924,69
BANCOS	81.793,69
APlicações e liquidez imediata	186.246,31
REALIZÁVEL	1.445.702,04
APlicações financeiras curto prazo	1.439.962,78
APlicações financeiras	1.439.962,78
CRÉDITOS A REALIZAR	5.749,26
DEVEDORES	3.503,00
IMPOSTOS E CONTRIB. SOCIAIS A RECUPERAR	236,60
OUTROS DEVEDORES OU CRÉDITOS	1.745,22
PRÉMIOS DE SEGURO A VENCER	296,24
ATIVO PERMANENTE	252.482,15
IMOBILIÁRIO	246.226,72
BENS MOVEIS	74.659,86
BENS IMÓVEIS	197.187,83
REFORMAS EM ANDAMENTO	45.108,16
(-)DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	70.729,13
DIFERIDO	6.266,43
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	6.657,86
(-)AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	2.492,45
PASSIVO	1.937.644,45
PASSIVO FINANCEIRO	48.024,59
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	41.407,78
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	3.940,12
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	38,67
CREDORES DIVERSOS	57.428,77
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	6.616,83
PROVISÓRIAS P/ENCARGOS C/PESSOAL	6.616,83
SALDO PATRIMONIAL	1.889.819,86
ATIVO LÍQUIDO REAL	606.960,40
SUPERÁVIT ACUMULADO	1.280.669,46
ADUFGRS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS	
FOLHA 2	
RUBRÍCAS / MESES	
RECEITAS	JAN ACUMULADO
RECEITAS CORRENTES	95.056,06 95.056,06
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	71.575,58 71.575,58
RECEITAS PATRIMONIAIS	20.781,60 20.781,60
RECEITAS FINANCEIRAS	20.781,60 20.781,60
OUTRAS RECEITAS	2.698,68 2.698,68
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	1.506,66 1.506,66
OUTRAS RECEITAS	1.191,60 1.191,60
DESPESAS	81.892,24 81.892,24
DESPESAS CORRENTES	81.892,24 81.892,24
DESPESAS COM CUSTEIO	25.885,19 25.885,19
DESPESAS COM PROJETO	6.045,69 6.045,69
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	8.001,01 8.001,01
DESPESAS DE EXPEDIENTE	6.202,64 6.202,64
DESPESAS C/IMPОСTOS/TAXAS/ONUS DIVERSOS	1.675,27 1.675,27
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	703,40 703,40
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	1.339,29 1.339,29
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	798,86 798,86
ENCARGOS FINANCEIROS	57,26 57,26
DESPESAS COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS	37.671,55 37.671,55
DESPESAS COM VEICULAÇÃO	660,00 660,00
DESPESAS COM VIAGEM	8.670,66 8.670,66
DESPESAS COM ATIVIDADES SÓCIO-CULTURAIS	3.477,00 3.477,00
DESPESAS C/ATIV. POLÍTICO-ASSOCIATIVA	6.380,66 6.380,66
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES	16.067,10 16.067,10
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS	496,05 496,05
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	18.535,50 18.535,50
CONTRIBUIÇÕES PARA A ANDES	14.966,98 14.966,98
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	3.680,14 3.680,14
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	13.163,82 13.163,82
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	13.163,82 13.163,82
RUBENS C. V. WEYNE	
PRESIDENTE	
NINO H. FERREIRA DA SILVA	
CONTADOR – CRC/RS Nº.14416	

TRABALHO

Parlamentares elaboram leis contra assédio moral

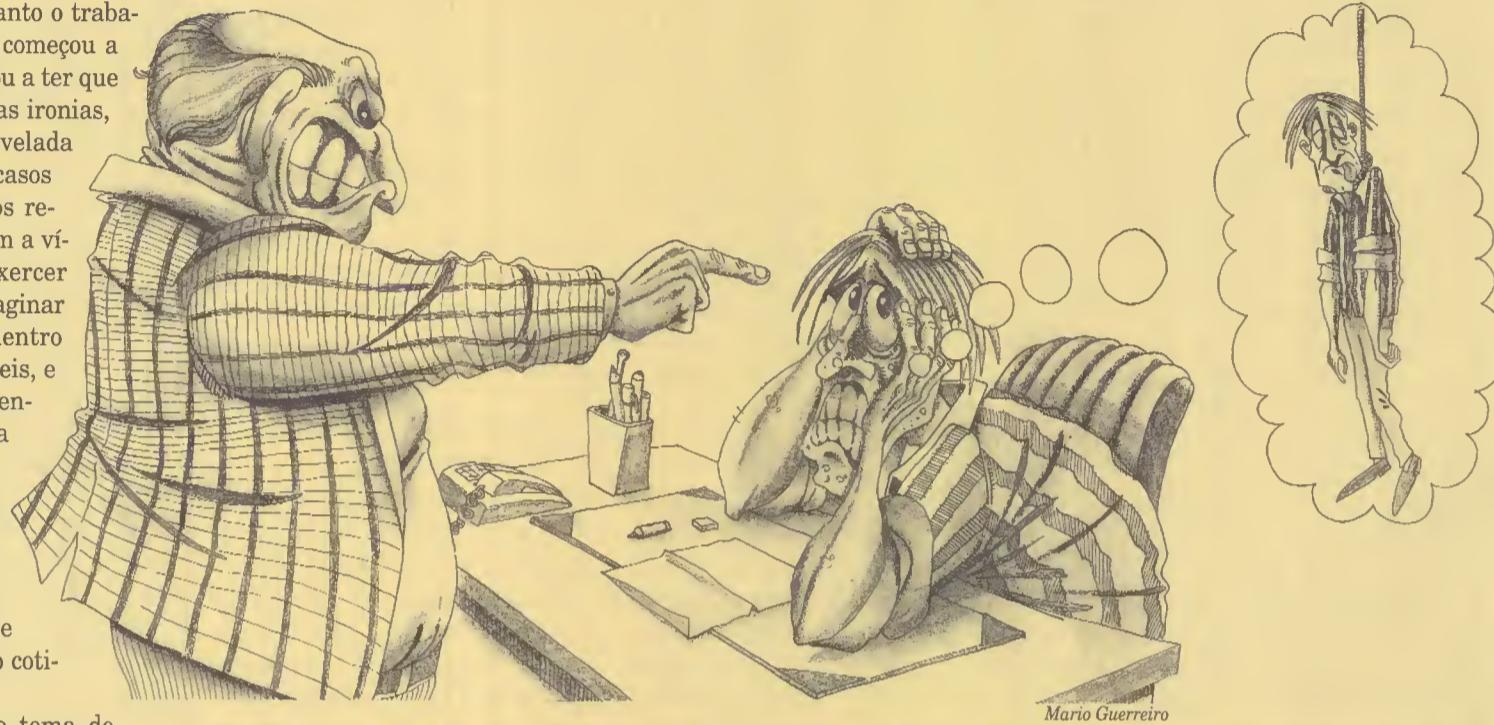
O assédio moral é tão antigo quanto o trabalho. Desde que o ser humano começou a vender sua mão-de-obra, passou a ter que conviver, junto com a exploração, com as ironias, o mau-humor dos chefes, uma violência velada e, muitas vezes, cotidiana. Em alguns casos esse assédio chega a receber contornos re-quentados. É quando o agressor mantém a vítima no trabalho exatamente para exercer seu sarcasmo sobre ela. Não é difícil imaginar quanta coisa já deve ter acontecido dentro das empresas, desde tempos imemoráveis, e continua acontecendo. No entanto, somente há poucos anos esse tipo de violência ao trabalhador vem sendo divulgada. O motivo é a publicação na França do livro de Marie France Hirigoyen "Harclement Moral: la violence perverse au quotidien". No Brasil, o estudo foi publicado em 2000, com o título de "Assédio moral: a violência perversa no cotidiano" (Editora Bertrand).

Desde então, o assunto vem sendo tema de projetos legislativos em nível federal, estadual e municipal e até mesmo numa página na internet, no endereço www.assediomoral.org. Segundo a equipe interdisciplinar que elaborou a página (médica Cármem Quadros, engenheira de segurança do trabalho Fernanda Giannasi, médico Jefferson de Freitas, advogado José Heloani, médica do trabalho Margarida Barreto, mestre em literatura Maria Alencar e a psicóloga Terezinha Souza), a estratégia dos chefes é quase sempre a mesma. A vítima escolhida é isolada do grupo sem explicações, e passa a ser hostilizada, ridicularizada, inferiorizada, culpabilizada e desacreditada diante de seus colegas. Com medo de perder o emprego e de serem também humilhados, os colegas geralmente rompem os laços afetivos com a vítima reproduzindo os atos do agressor. Enquanto isso, a vítima vai gradativamente se desestabilizando e fragilizando.

Para evitar este tipo de violência, estão sendo elaborados diversos projetos legislativos. No Brasil, em âmbito municipal, há leis contra o assédio moral aprovadas em Cascavel (PR), Guarulhos (SP), Iracemópolis (SP), Natal (RN), São Paulo (SP) e outros. À espera de aprovação estão projetos de lei em cidades como Curitiba e Porto Alegre. Também os Estados estão propondo leis neste sentido. A deputada petista Maria do Rosario tem um projeto de lei tramitando na Assembléia Legislativa do Estado Rio Grande do Sul e, em São Paulo, o deputado Antonio Mentor (PT) tenta aprovar lei similar. Em âmbito federal já há regulamentações de cláusulas, pelo Conselho Federal de Medicina e Regulamento da Previdência Social. Além disso, tramitam na Câmara Federal o projeto de lei de reforma do Código Penal sobre assédio moral (deputado federal Marcos de Jesus - PL) e o Projeto de Lei sobre Assédio Moral (deputada federal Rita Camata PMDB). No exterior, há leis contra o assédio moral aprovadas na França e na Noruega e ainda como projeto em Portugal, Suíça e Bélgica. Também o Parlamento Europeu já aprovou uma resolução neste sentido (informações da página www.assediomoral.org).

Causa de suicídio

O projeto de lei nº 4.742, de 2001 que pretende introduzir um artigo no Código Penal Brasileiro dispende sobre o crime de assédio moral tem a seguinte justifica-



Frases que podem caracterizar assédio moral*

- “Você é mesmo difícil... Não consegue aprender as coisas mais simples!
- Até uma criança faz isso... e só você não consegue! ”
- “Não quer trabalhar... fique em casa! Lugar de doente é em casa!
- Quer ficar folgando... descansando.... de férias pra dormir até mais tarde... ”
- “Se você não quer trabalhar... por que não dá o lugar pra outro? ”
- “Pessoas como você... Está cheio aí fora! ”
- “É melhor você pedir demissão... Você está doente... está indo muito a médicos! ”
- “Como você pode ter um currículo tão extenso e não consegue fazer essa coisa tão simples? ”
- “Você me enganou com seu currículo...
- Não sabe fazer metade do que colocou no papel. ”
- “Vou ter de arranjar alguém que tenha uma memória boa, pra trabalhar comigo, porque você esquece tudo! ”
- “Vai ver que brigou com o marido! ”

* www.assediomoral.org

tiva: "A gravíssima situação já foi diagnosticada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e os estudos por ela apresentados demonstram que, na União Européia, 9% dos trabalhadores, o que correspondem a 13 milhões de pessoas, convivem com os tratamentos tímnicos de seus patrões". Conforme o deputado, estima-se que entre 10% e 15% dos suicídios na Suécia sejam decorrentes desse comportamento abusivo.

No Brasil, o fato foi comprovado por estudos de Margarida Barreto, médica do trabalho e pesquisadora da PUC de São Paulo. Em um estudo de dois anos e meio, ela constatou que em consultas realizadas em sindicatos, as pessoas queixavam-se de diversos males. "Aprofundando suas análises verificou que 80% dos entrevistados sofriam dores generalizadas, 45% apresentavam aumento de pressão arterial, mais de 60% queixavam-se das palpitações e tremores e 40% sofriam redução da libido", argumenta o deputado. A médica entrevistou 870 homens e mulheres e revelou como homens e mulheres reagem, percentualmente, ao assédio moral.

Sintomas	Mulheres	Homens
Crises de choro	100	-
Dores generalizadas	80	80
Palpitações, tremores	80	40
Sentimento de inutilidade	72	40
Insônia ou sonolência excessiva	69,6	63,6
Depressão	60	70
Diminuição da libido	60	15
Sede de vingança	50	100
Aumento da pressão arterial	40	51,6
Dor de cabeça	40	33,2
Distúrbios digestivos	40	15
Tonturas	22,3	3,2
Idéia de suicídio	16,2	100
Falta de apetite	13,6	2,1
Falta de ar	10	30
Passa a beber	5	63
Tentativa de suicídio	-	18,3



Um roteiro de humanização do mundo

(...) Para conjurarmos o risco de consolidação da barbárie, precisamos construir urgentemente um

mundo novo, uma civilização que assegure a todos os seres humanos, sem embargo das múltiplas diferenças biológicas e culturais que os distinguem entre si, o direito elementar à busca da felicidade. Constitui efetivamente um opróbrio verificar que, no momento histórico em que parecemos nos tornar, enfim, senhores e possuidores definitivos da natureza, como anunciará Descartes, as condições de vida de três quartos da humanidade representem a negação objetiva desse direito, proclamado na abertura da Declaração de Independência dos Estados Unidos como inerente à condição humana.

Uma civilização que garanta a toda a humanidade o direito de ser feliz há de contrapor-se radicalmente ao capitalismo, tanto pelo seu espírito, quanto pelo sistema institucional ou a prática de vida. Em oposição ao individualismo excludente, o espírito da nova civilização há de ser a irradiação da fraternidade universal, a organização de uma humanidade solidária, onde se editem enfim "na paz, leis iguais, constantes, que aos grandes não dêem o dos pequenos", como sonhou Camões.

Se todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos, segundo proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a vida social há de organizarse comunitariamente, à luz do princípio daquela justiça proporcional ou distributiva (análogon *dikáion*), sobre a qual tão bem discorreu Aristóteles. Pelo seu caráter eminentemente político, ela contrapõe-se à justiça comutativa ou de troca, que regula as relações contratuais entre particulares (*synalagmata*). Enquanto a justiça sinalagmática diz respeito à igualdade de prestações, isto é, à equivalência das coisas e serviços que se trocam por um preço, a justiça proporcional concerne à igualdade essencial dos homens, que não se troca nem se vende, porque não tem preço e, por isso, representa um valor incomensuravelmente mais elevado do que o econômico.

Quando o capitalismo avassala o Estado, ele introduz em seu funcionamento a lógica mercantil do intercâmbio de prestações, e retira dele o poder-dever de submeter os interesses particulares à supremacia da coisa pública, ou bem comum do povo. Sendo objetivo da justiça proporcional ou distributiva a instauração da igualdade substancial de condições de vida, é óbvio que ela só pode realizar-se por meio de políticas públicas ou programas de ação governamental. Um Estado fraco, permanentemente submetido às injunções do capital privado, é incapaz de atender à exigência do estabelecimento de condições sociais de vida dignas para todos. Nunca como hoje, em tempos de neoliberalismo excludente e agressivo, percebeu-se tão nitidamente o cará-

ter anticapitalista dos direitos humanos de natureza econômica e social.

Tudo isso quanto ao espírito ou os valores da nova civilização.

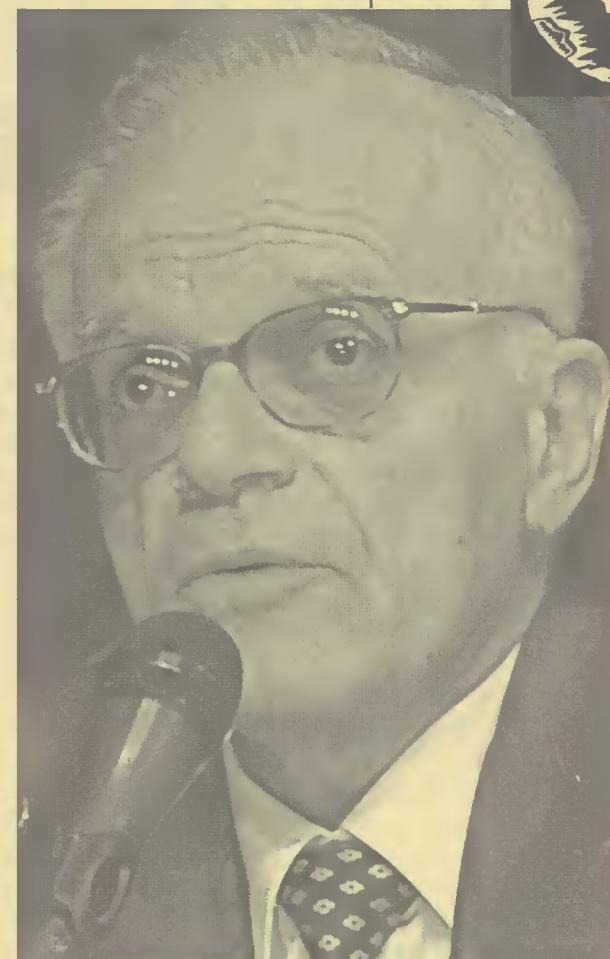
No tocante ao sistema institucional a ser criado para a concretização desses valores, ele terá como pressuposto lógico a superação da dicotomia entre Estado e sociedade civil, sobre a qual fundou-se a aliança histórica do capitalismo com o Estado Liberal. Nessa concepção dicotômica, o povo é reduzido a uma massa de indivíduos, cada qual dividido em si mesmo na dupla posição de homem, isto é, componente da sociedade civil, e de cidadão, isto é, membro da sociedade política. Ambas essas funções são puramente passivas: o indivíduo é tão impotente diante do poder econômico na sociedade civil, quanto o é o cidadão para exercer a parcela individual da soberania popular que teoricamente lhe cabe. As objurgatórias de Rousseau contra o sistema representativo de governo nunca foram tão justificadas como atualmente.

A verdade é que a bipartição do indivíduo em integrante da sociedade civil e cidadão do Estado veio atender, excelentemente, ao grande desígnio do sistema capitalista em matéria constitucional: separar a economia da política, pôr a atividade empresária ao abrigo de qualquer interferência governamental.

Em contraste com essa segmentação artificial da sociedade, o direito público da civilização comunitária há de fundar-se, de um lado, na prerrogativa inalienável e indelegável do povo para deliberar e decidir diretamente sobre as questões fundamentais de política interna ou internacional, por meio de referendos, plebiscitos, iniciativas populares, ou pela elaboração de orçamentos públicos. Fundar-se-á também, de outro lado, no poder de supervisão e sanção direta, pelo povo, dos agentes políticos de qualquer natureza, sejam eles governantes, altos funcionários, parlamentares, magistrados ou membros do Ministério Público.

No direito público da civilização comunitária, ademais, exatamente porque ele é público, isto é, do povo (*res publica, res populi*, diziam os romanos), a soberania popular não pode confinar-se à esfera estatal, mas há de exercer-se no âmbito da sociedade como um todo.

A vida econômica, antes de mais nada, já não será submetida ao interesse supremo de acumulação ilimitada do capital privado, mas organizar-se-á no sentido do serviço à coletividade e do atendimento prioritário das necessidades e utilidades públicas. Para tanto, as células do organismo econômico – as empresas – serão estruturadas sob a forma comunitária, com a supressão da soberania do capital sobre os demais agentes de produção. A atividade empresarial, ademais, haverá de ser



direcionada, por meio de estímulos e sanções adequadas, à produção de bens e serviços de interesse coletivo, conforme as diretrizes programáticas estabelecidas pelas autoridades governamentais, com a devida aprovação popular.

Numa sociedade autenticamente democrática, especial cuidado deve merecer a organização dos meios de comunicação social. Ainda aí, a civilização ateniense pode servir-nos de modelo. O debate público sobre questões de interesse coletivo nela ocupava um lugar central, e a isegoria ou igualdade de palavra era escrupulosamente observada, qualquer que fosse a condição social do cidadão.

Sucede que, em nossos dias, o espaço público de comunicação já não é a ágora ateniense nem mesmo o Parlamento, como imaginou o constitucionalismo liberal, mas sim a imprensa, o rádio, a televisão, a Internet. Ora, salvo esta última, os demais grandes veículos de comunicação, quando não monopolizados pelo Estado autocrático, acabaram sendo apropriados pela classe empresarial, para o serviço de seus interesses de classe. A democratização dos meios de comunicação de massa representa, pois, a condição sine qua non do efetivo exercício da soberania popular nos dias que correm. "Um governo popular sem informação popular", disse James Madison em seu tempo, "é um prólogo à farsa, à tragédia, ou a ambas as coisas". A farsa democrática, nós já a conhecemos desde há muito. Resta saber se ainda há tempo de se evitar a tragédia (...)

ORELHA



Modernidade Líquida

Zygmunt Bauman

O autor examina a passagem da modernidade "pesada" e "sólida" para uma modernidade "leve" e "líquida", mais dinâmica. Explicita os termos dessa nova modernidade, permitindo entender como o mundo atual funciona, para que possamos nele operar. Jorge Zahar, R\$35,00. 260p.



As prisões da miséria

Loïc Wacquant

O autor mostra como a passagem do Estado-providência para o Estado-penitência anuncia o advento de um novo governo da miséria. Em seu prefácio para a edição brasileira, Wacquant diz que as prisões no Brasil são "campos de concentração de pobres". Jorge Zahar, R\$ 24,00. 176p.



Interfaces Brasil/Canadá

Zilá Bernd (org.)

Segundo número da revista *Interfaces Brasil/Canadá* da Associação Brasileira de Estudos Canadenses (Abecan). Traz estudos em torno das problemáticas noções de americanidade e americanização, do ponto de vista do Canadá e do Brasil. Ufacs/Abecan, n°2/2002. 209p.

WWW

Literatura

www.revistacult.com.br
Sítio da Cult, uma das principais revistas de cultura e literatura do Brasil.

Entretenimento

www.armazemdigital.com.br
Página da Armazém Digital, revista eletrônica feita em Porto Alegre.

Até o lazer é visto como mercadoria

Competitivo, desumano e, muitas vezes, frustrante, o mundo do trabalho pode ser fonte de angústia até mesmo nos momentos de folga. Ao transformar tudo em mercadoria, o mercado acaba estendendo seus tentáculos até as horas que deveriam ser dedicadas a não se fazer nada. O problema é que tempo livre tem, muitas vezes, sido fonte de muita preocupação. Nesta entrevista, o psicanalista Robson de Freitas Pereira, formado pela Ufrgs e membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA), aborda o tema. Entre outras coisas afirma que nossa relação com o mercado tem nos obrigado a nos relacionar com o descanso como se ele fosse um objeto de consumo qualquer. "Vivemos numa sociedade de consumo e, com essa exacerbão de tratar todas as coisas como objetos de consumo, tratamos nosso momento de lazer como se fossem passíveis de ser consumidas".

Clarissa Pont

ADverso - Qual é o valor simbólico do lazer na atualidade?

Robson Pereira - Essa é uma discussão bem importante porque com uma questão sobre o lazer vem sempre uma pergunta a respeito do trabalho. Na década de 70, surgiu toda uma teoria do lazer que fazia um contraponto ao trabalho. As causas são várias e o assunto é bastante complexo, mas eu pensaria em alguns pontos importantes que a gente deve tocar. Primeiro, nas modificações no mundo do trabalho que aconteceram. É na passagem da dispensa de mão-de-obra das manufaturas para uma tecnologia cada vez mais afinada que mudam as relações de trabalho radicalmente. Tu tens muito mais gente com o que nós chamariam hoje de medo de perder o emprego. Mudaram as relações de produção, se é possível falar assim, e isso provoca uma mudança também na subjetividade, na forma como as pessoas se relacionam com o seu trabalho. Principalmente no mundo ocidental. A gente acaba de ter uma copa do mundo na Ásia. O que se fala muito? Que o japonês é um sujeito que trabalha demais, que tem poucas férias, que tem medo de sair do trabalho. É um tipo de patologia do trabalho que é diferente do nosso. Se no Brasil lida-se muito com a questão da ausência das pessoas no trabalho, eles enfrentam um tipo de sintoma que a gente chamaria de patologia do trabalho que é o presenteísmo. As pessoas não querem tirar férias, recusam-se em sair até em seus intervalos que seriam garantidos por lei, por um medo de que, caso ausentem-se, sua vaga pode ser preenchida. Até um tempo atrás as pessoas entravam num emprego e tinham sua condição de vida garantida, teriam estabilidade para a vida toda, e até para os seus descendentes. Há outra relação que também se modifica: as pessoas que vão trabalhar autonomamente já não têm mais essa idéia de que se elas trabalham um ano terão um mês de férias garantido, e o 13º salário. Elas vão ter que planejar as suas férias, o seu tempo de lazer, de outra forma do que era do ponto de vista do trabalho clássico. Que vai fazer alguém que trabalha por tarefa e ganha por tarefa, quase sazonal?

"Não se suporta um pouco da angústia que é transitória e conjuntural"

Tudo isso para dizer que a relação com o trabalho, e com o lazer, vem mudando muito rapidamente nos últimos tempos. Estamos falando de coisas, e por isso eu citei a década de 70, de 30 anos par cá. O que provoca um outro tipo de agenciamento das pessoas, no ponto de vista do trabalho operacional do cotidiano.

Adverso - O que essas mudanças provocaram em relação ao tempo livre das pessoas?

Pereira - É a exigência de modificação de que a pessoa faça uma adaptação muito rápida em relação a isso, articulada com a velocidade das transações financeiras. É como se a pessoa tivesse que responder instantaneamente, como se tivéssemos que estar à altura dessa velocidade. E tem-se a ilusão de que o tempo de lazer não pode ser ocioso, que tu tens que ser produtivo até neste intervalo. Isso é um engano. Há uma necessidade subjetiva de um intervalo, para que tu possas produzir algo da área do saber ou do conhecimento. Um intervalo no teu cotidiano, naquilo que tu vinhais fazendo. O Contardo Calligaris escreveu uma coluna na Folha de São Paulo, há um tempo atrás, sobre uma experiência que aconteceu nos Estados Unidos. Eram dois times de hóquei e as pessoas os observavam. É um pouco pra contrapor à teoria do foco, que tem a ver com a produtividade a todo custo, ou seja, tu tens que ser produtivo até mesmo no teu tempo de lazer. Então, o que eles faziam? No meio do jogo, um gorila atravessa o campo. Boa parte dos observadores não viu o gorila, porque, justamente, estavam

"Se teu foco está muito dirigido, podes perder outras coisas que estão acontecendo"

concentrados no jogo, eles tinham seu foco de atenção bem dirigido. Uma das conclusões, para dizer bem rapidamente, é que se teu foco está muito dirigido, tu podes perder outras coisas que estão acontecendo ao teu redor. Pode parecer uma banalidade, mas de qualquer maneira isso tem efeito no dia-a-dia. Como se dissesse assim: "olha, se tu não ficas sempre alerta, se tu descansas um pouquinho, tu vais estar perdendo alguma coisa, tu não vais estar no mundo da competição, vais perder o teu lugar". Só que se tua atenção não conseguir ser um pouco flutuante, como diria um psicanalista, tu podes perder que o gorila atravessou o campo. Prestar atenção, ou melhor, perder a atenção em alguns momentos, é importante. É importante do ponto-de-vista da sanidade das pessoas, de que elas possam ter um espaço para respirar diferente. É justamente nesse intervalo em que tu não estás preocupado em produzir alguma coisa que tu podes produzir algo novo. Algo da ordem de um saber que tu não te davas conta antes. As pessoas precisam de um tempo em aberto. É nesse tempo em que aparentemente não se está fazendo nada que algo se opera sem que se perceba. É esse valor fundamental que o tempo de intervalo tem na vida das pessoas, um tempo em que ela possa respirar não só do ponto-de-vista de aprender a respirar o oxigênio, mas respirar do ponto-de-vista simbólico que tem um valor fundamental. No caso dos professores, eu acho que eles não fogem à regra da exigência de uma produtividade cada vez maior e de condições de trabalho



Pereira: "Há uma necessidade subjetiva de um intervalo, para que tu possas produzir algo da área do saber ou do conhecimento"

cada vez mais adversas.

Adverso - Uma tendência bastante atual é a de regrar também o tempo livre, viajar organizado pelas agências, comprar pacotes que agendem tuas férias...

Pereira - Há a idéia de que tu precisas planejar até mesmo o teu tempo de intervalo. O que interessa é que as pessoas consigam suportar a angústia que dá fazer uma parada, um intervalo, naquilo que cotidianamente elas estão costumadas a fazer. Por isso que, quando se apresenta um projeto, um pacote de férias, no qual tu ficas organizado, é muito atrativo. De alguma maneira, isso alivia a pessoa da angústia de, em um determinado momento, parar e pensar "bom, eu não tenho nada planejado pra fazer amanhã." Isso pode ser muito angustiante na vida moderna. Outro acontecimento comum é as pessoas terminarem as férias tão, ou mais, cansadas do que quando entraram neste período de descanso... É curioso porque isso tem um paradoxo também. As pessoas se sentem tão impelidas a produzir e a ter que fazer coisas planejadas no decorrer das suas férias que terminam as férias mais cansadas do que começaram. Ou seja, pra poder diminuir o nível de angústia que se sentia, entra-se numa coisa extremamente planejada. Não há o intervalo, não se suporta um pouco da angústia que é completamente transitória e conjuntural. Tu ficas submetido às mesmas leis, aos mesmos imperativos que fizem com tu te sentisses estressado, para usar uma palavra tão conhecida e cotidiana. Para conter a angústia, tu te submetes a um planejamento, e é esse mesmo planejamento que vai fazer com que tu continues submetido a esse mesmo estresse que tu querias eliminar. Claro que estamos falando em casos limite. Isso não acontece o tempo todo, tem muita gente que sente prazer em viajar e não ter tudo planejado. Sem achar que está perdendo alguma coisa porque não comprou o pacote "Conheça a Europa em quinze dias".

Adverso - O senhor fala na angústia de não despedir o tempo. Durante o período de férias, as pessoas estão sentindo-se angustiadas por não estarem conseguindo descansar e aproveitar, ou elas também estão sentindo uma culpa por não estarem trabalhando?

Pereira - Os dois conceitos não são incompatíveis. Tanto pode haver uma culpa por não estar trabalhando - que eu estou perdendo se não estou produzindo? - justamente em função do tipo de competição do mundo do mercado, essa grande entidade que exige que não percamos tempo. Simultaneamente também pode haver essa relação de ter que estar se divertindo essa relação de produção também no tempo de lazer. O lazer também é visto como mercadoria.